

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº _____ DE 8 DE ABRIL DE 2016.

Determina que os veículos contratados pelo poder público devam estar equipados com rastreamento e monitoramento via satélite.

Origem: Poder Legislativo
Gabinete do Vereador Fábio Leal

Senhor Presidente, cumprindo o que determina o Art. 160 e 161 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, venho apresentar projeto de lei, para apreciação deste plenário e posterior encaminhamento ao executivo para sanção e promulgação da seguinte:

L E I

Art. 1º Todos os prestadores de serviço contratados pelo poder público que utilizem, para a prestação do serviço, automóveis, camionetes, utilitários, ônibus, micro-ônibus, vans, caminhões, máquinas e equipamentos diversos que são remunerados pelo serviço prestado por quilômetro rodado, por hora trabalhada ou por roteiro pré-determinado ou estimado deverão ter instalados nos veículos utilizados equipamento de rastreamento e monitoramento via satélite com tecnologia GPS (*Global Positioning System*), GSM (*Global System for Mobile*) e/ou GPRS (*General Packet Radio Service*).

Parágrafo único – As informações sobre as posições dos veículos deverão ser registradas a cada 3 (três) minutos com a ignição ligada e a cada 15 (quinze) minutos com a ignição desligada.

Art. 2º O relatório com o histórico do percurso percorrido pelos veículos em serviço, com o detalhamento de cada localização e das paradas, servirá de base para a comprovação do serviço prestado a cada quinzena ou a cada mês e deverá ser entregue junto com a respectiva nota fiscal.

Parágrafo único – O relatório que trata este artigo é documento obrigatório para o recebimento de valores dos serviços prestados.

Art. 3º As empresas contratadas, especificadas no Artigo 1º, deverão disponibilizar à Secretaria contratante, ou a quem esta determinar, acesso ao sistema de rastreamento que atenda aos parâmetros exigidos por esta lei para acompanhamento simultâneo dos veículos em serviço.

Art. 4º Os equipamentos de rastreamento e monitoramento referidos nesta lei deverão ser homologados pela ANATEL (*Agência Nacional de Telecomunicações*).

Art. 5º As empresas terão 120 dias para se adequarem às normas previstas nesta Lei, contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, de 8 de abril de 2016.

Arquiteto Fábio Leal - PDT
Vereador Proponente

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

As tecnologias disponíveis, de ampla utilização da iniciativa privada, devem ser também incorporadas pelo setor público. O presente projeto pretende que os serviços contratados pelo poder público que utilizam quaisquer tipos de veículos para as mais diversas atividades que são remuneradas por quilômetro rodado, por hora trabalhada ou por roteiro estimado devem estar equipados com rastreamento e monitoramento dos percursos e paradas realizadas em serviço. É um instrumento de controle baseado nos princípios constitucionais da eficiência, da moralidade e da finalidade que visa, além disto, o aperfeiçoamento da gestão dos serviços contratados.

Ademais, com o conhecimento dos dados que o projeto introduz, será possível o aprimoramento dos serviços contratados buscando racionalização que pode gerar economia aos cofres públicos.

Enfim, estamos aqui tratando de um instrumento de gestão que permitirá o controle rígido dos gastos com veículos contratados, além de fornecer à municipalidade dados que ajudarão no planejamento destes serviços de modo a torná-los mais eficientes, é portanto uma ferramenta de planejamento e gestão.

Diante do exposto apresento este projeto para debate e apreciação por meus pares solicitando, com a devida vênia, sua aprovação.

Atenciosamente

Arquiteto Fábio Leal - PDT
Vereador Proponente